



FUNDOS SOCIAIS: PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Marcio Pochmann
Presidente do Ipea

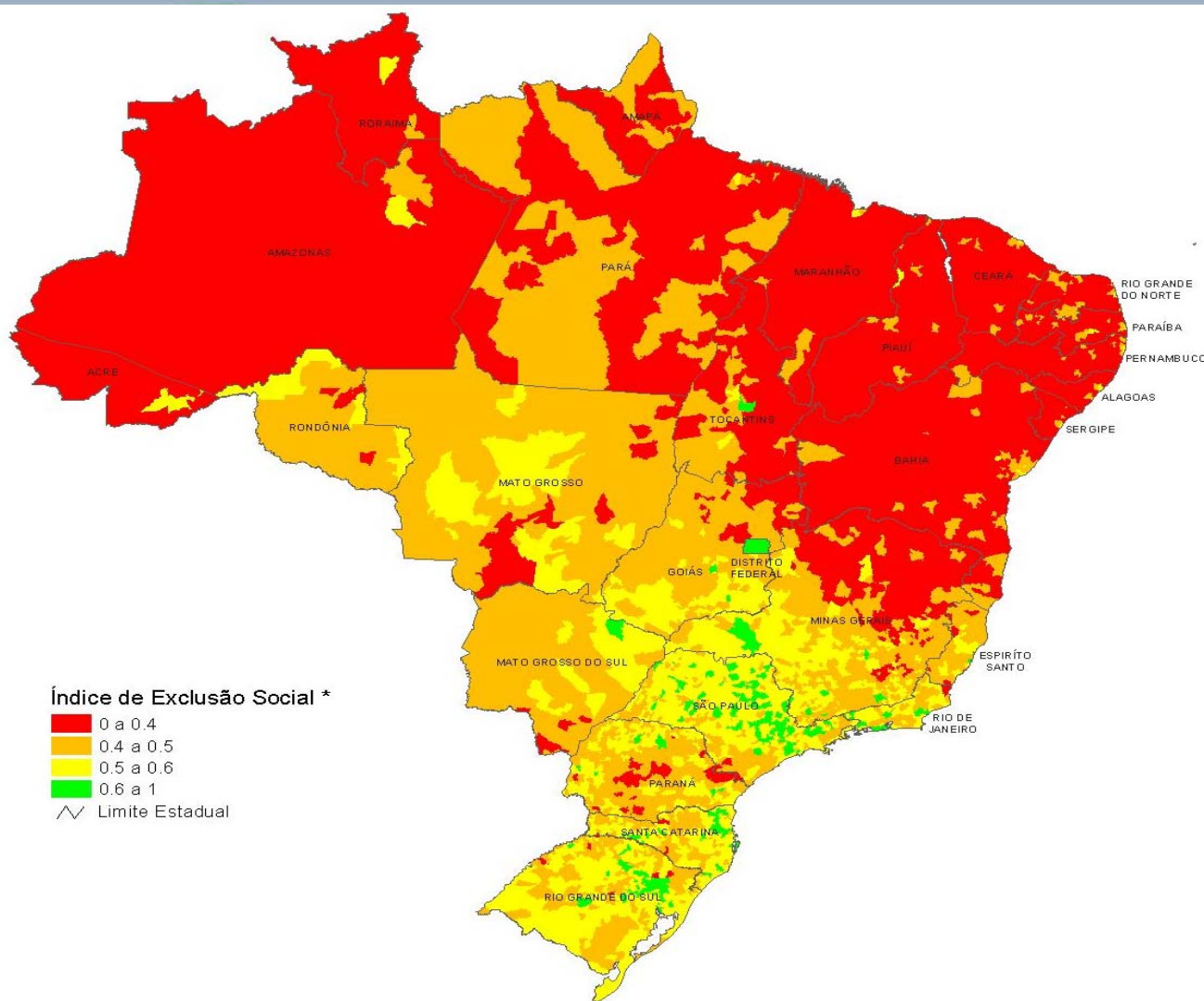
SUMÁRIO DA EXPOSIÇÃO

- Velhos problemas: a Federação e o espaço local
- Resultados obtidos com o modelo vigente para a distribuição dos royalties
- Pré-sal e tributação: perspectivas para o desenvolvimento
- Comentários conclusivos

Velhos problemas: a Federação e o espaço local

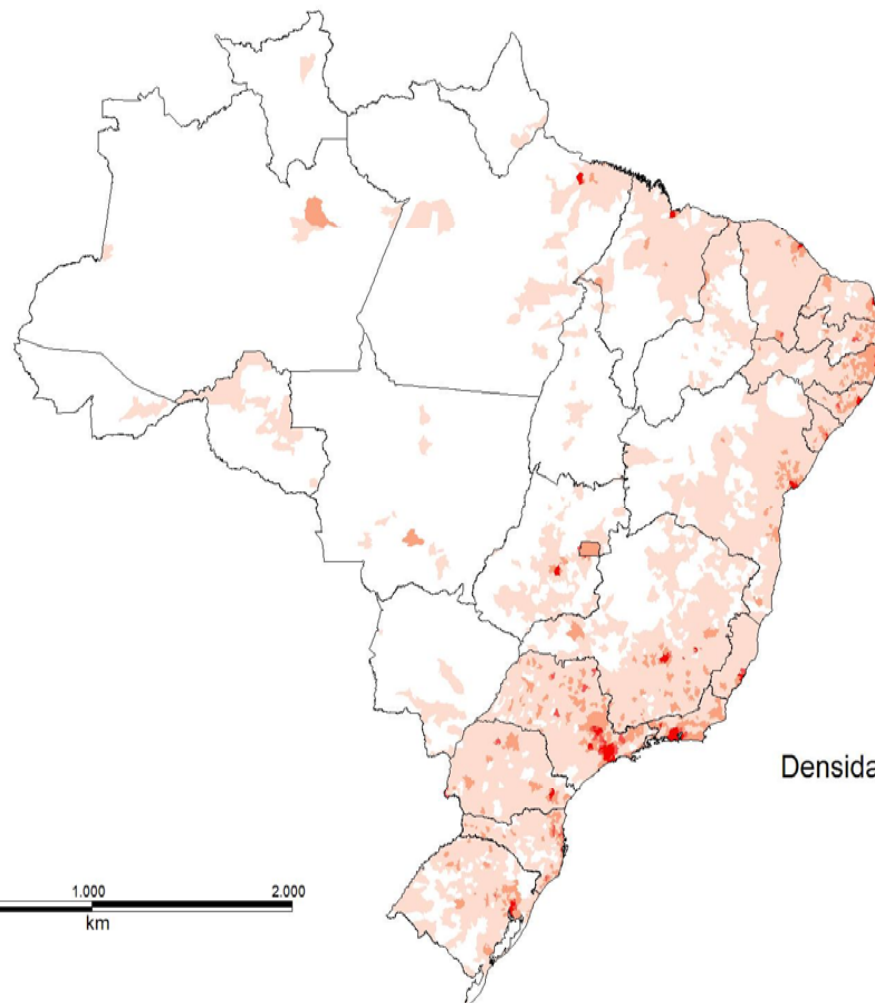
Velhos e novos problemas

Exclusão social



Velhos problemas

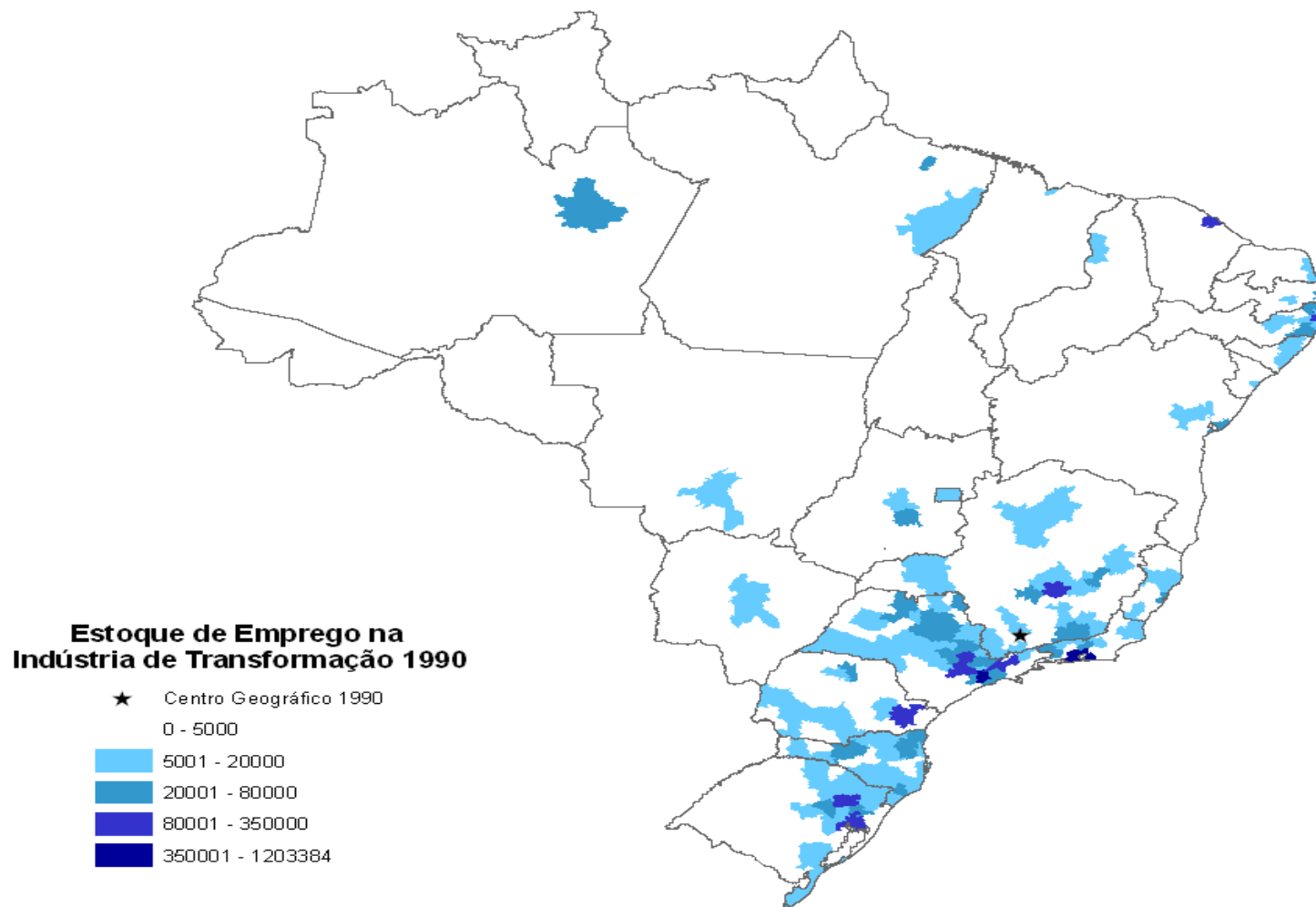
Densidade demográfica



Densidade Populacional (hab/km quadrado)

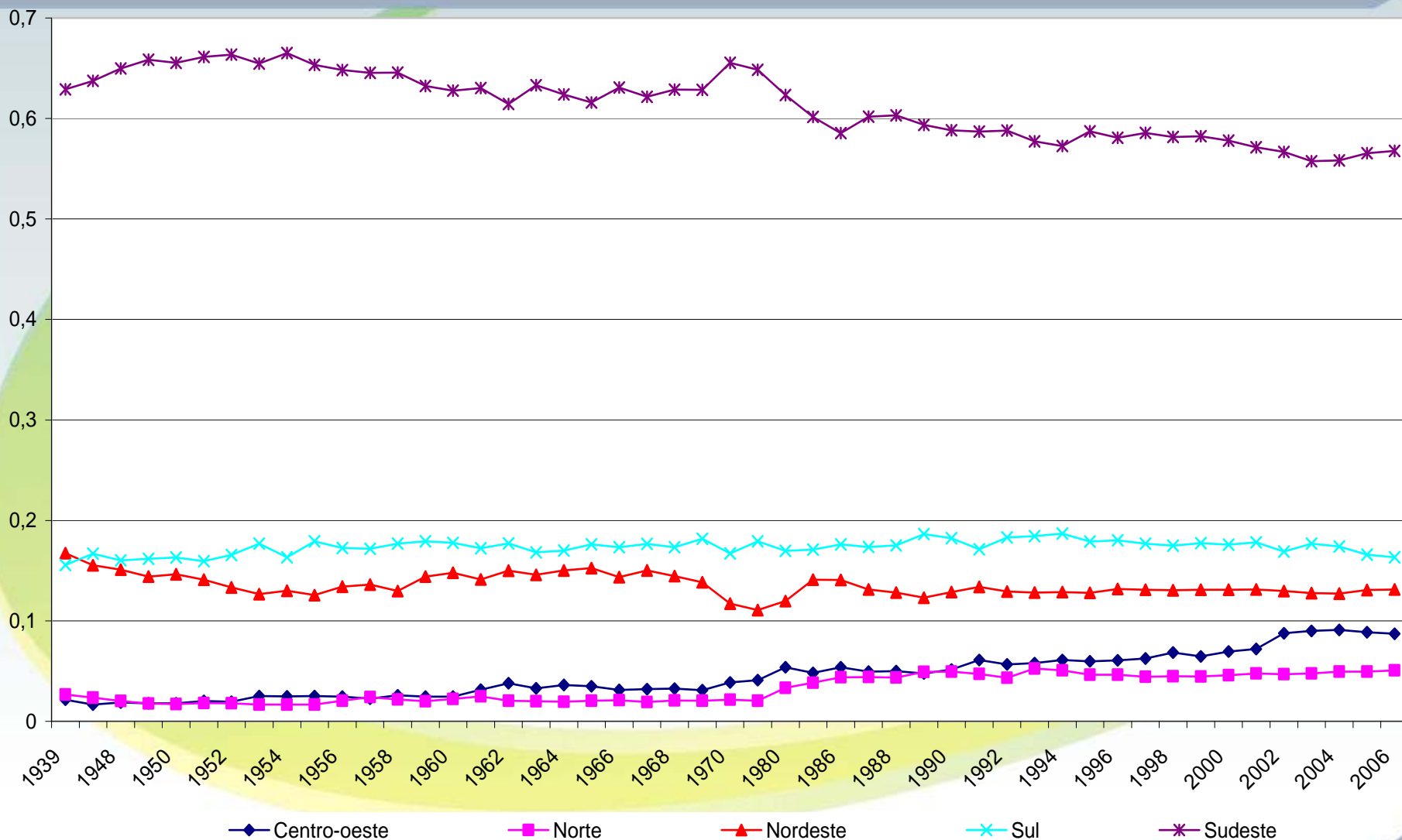
■	1.000 a 13.400	(91)
■	500 a 1.000	(56)
■	100 a 500	(546)
■	10 a 100	(3651)
■	0 a 10	(1222)

Concentração econômica

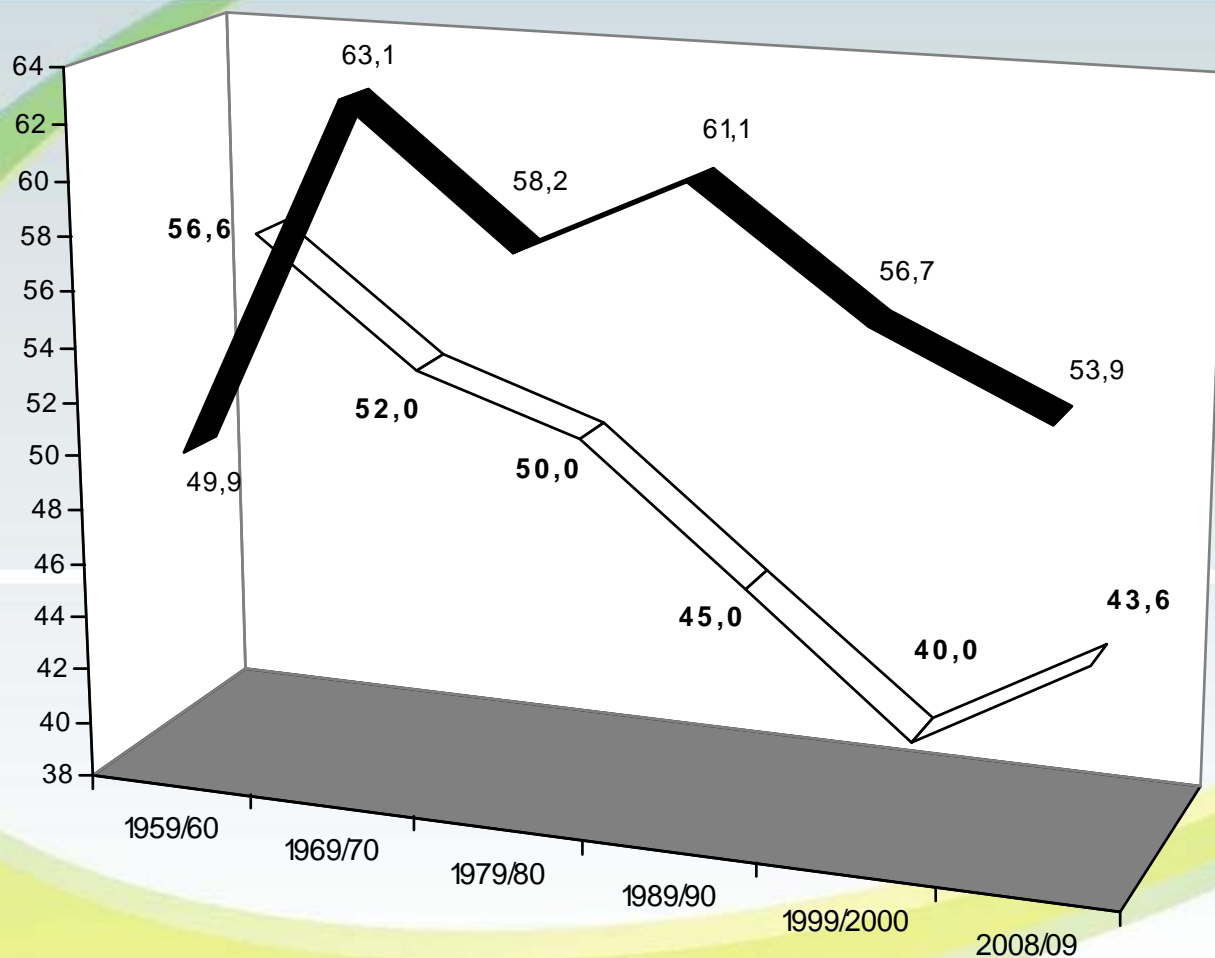


Concentração territorial

Participação do PIB regional no PIB Brasileiro



Desigualdades da renda pessoal e funcional



■ Índice Gini de desigualdade de renda do trabalho

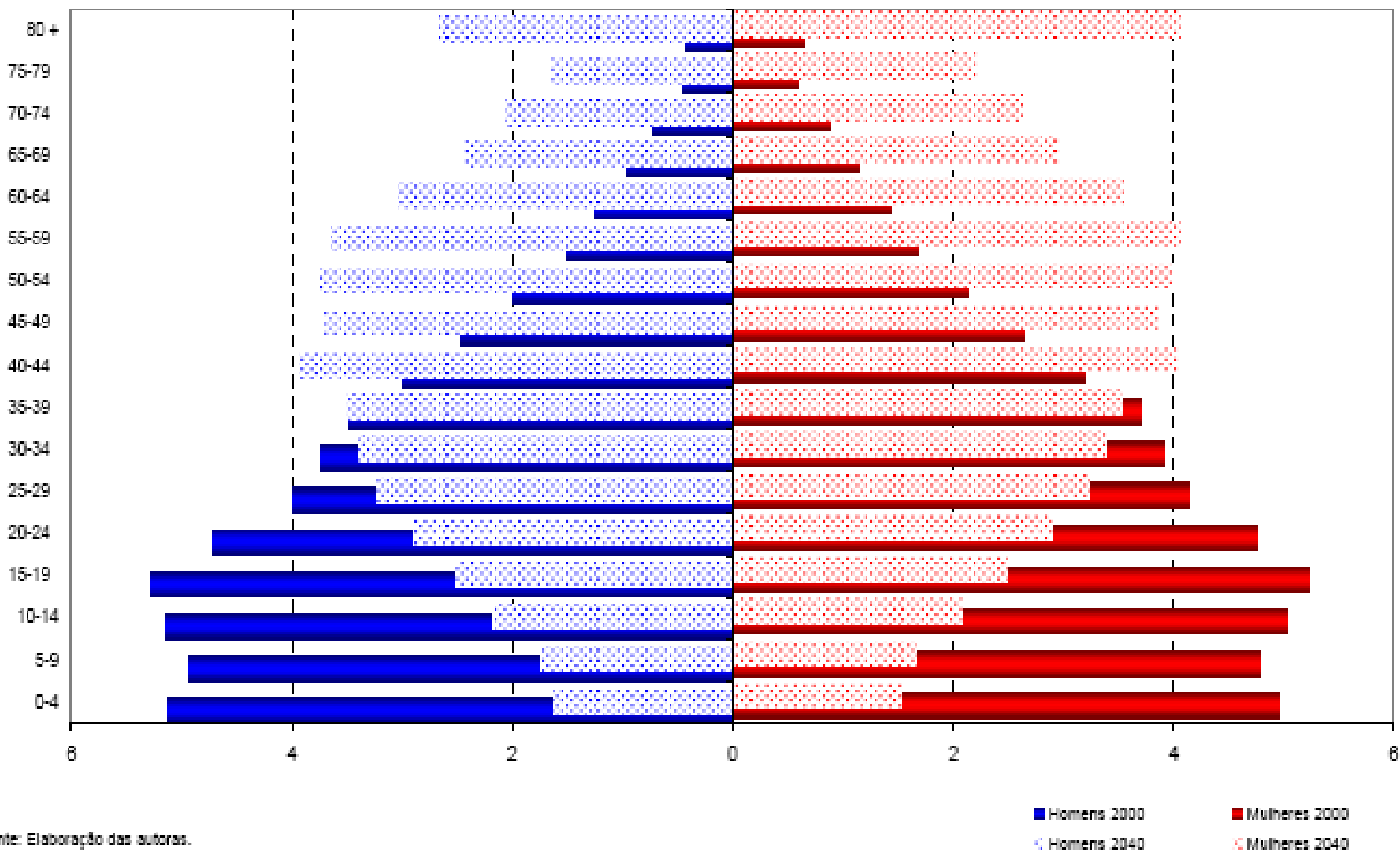
□ Participação do rendimento do trabalho na renda nacional

Novos problemas

Sustentabilidade ambiental



Nova demografia



Fonte: Elaboração das autoras.

Trabalho pós-industrial

Postergação do ingresso no trabalho heterônomo

Educação para vida toda

Jornada semanais de 12 horas

Ocupações socialmente úteis

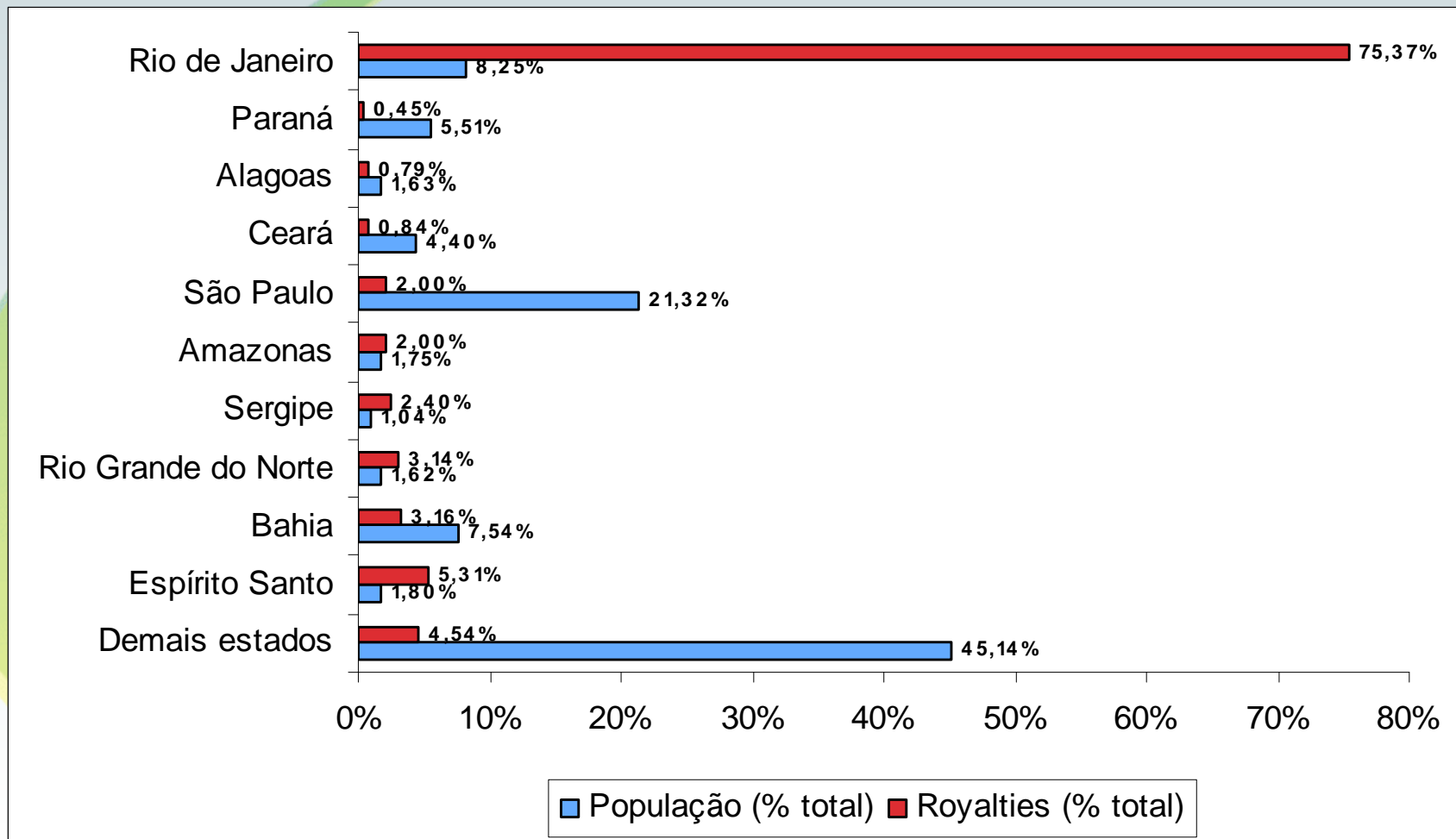
Renda do petróleo e regime de exploração

- As atividades econômicas relacionadas à extração de recursos naturais não-renováveis, como o petróleo, geram um lucro extraordinário associado à finitude do recurso.
- É preciso adotar um modelo que maximize a apropriação desse lucro pelo Estado, representante da sociedade detentora desses recursos.
- O modelo de partilha proposto pelo governo federal deve ampliar em pelo menos 50% o government take sobre a renda do petróleo.
- Atualmente o governo se apropria de US\$ 30 para cada barril vendido a US\$ 76, enquanto o regime de partilha permite elevar essa receita para pelo menos US\$ 45 por barril

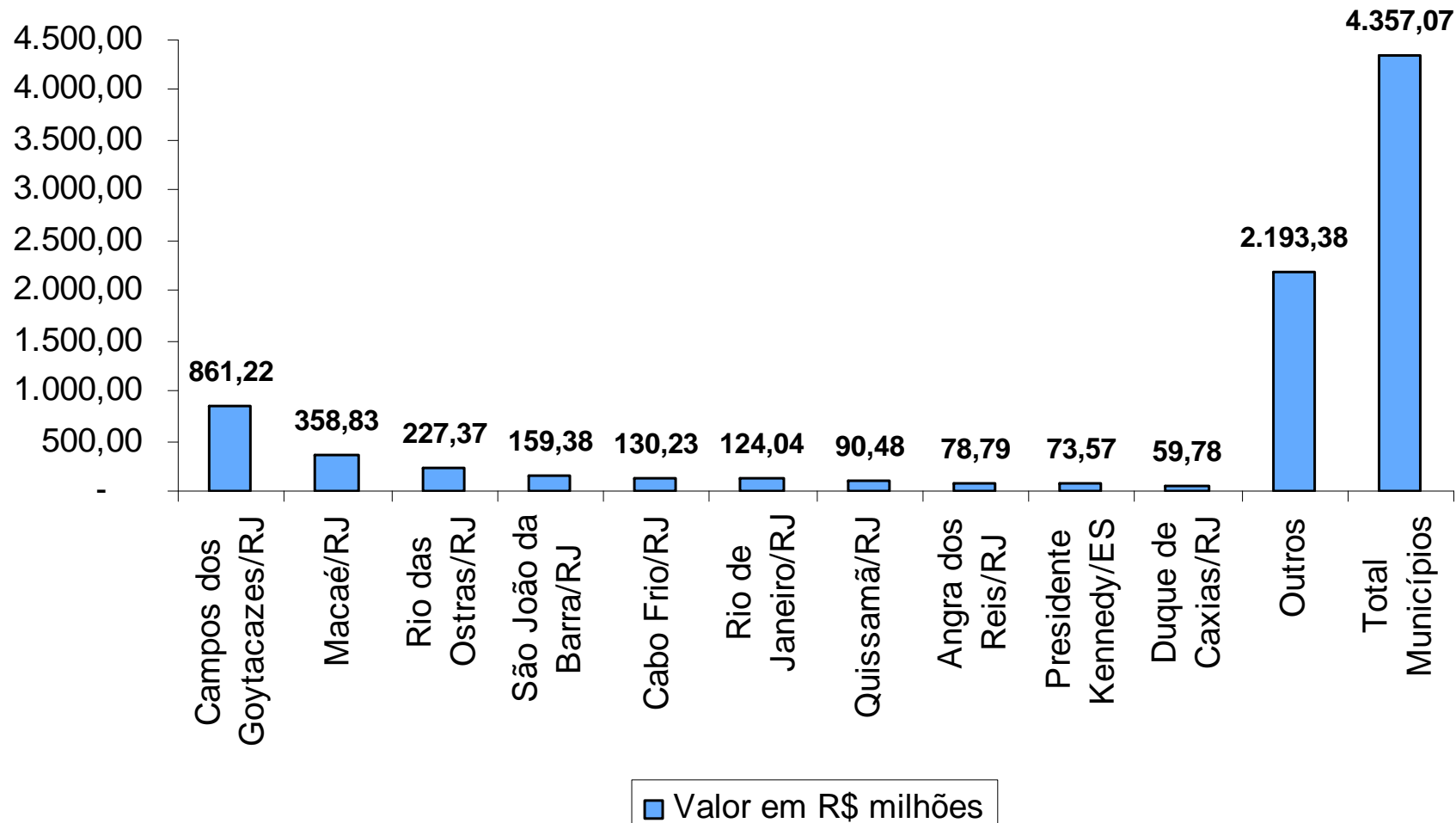
Renda do petróleo e divisão federativa

- O atual modelo de distribuição de royalties foi concebido numa outra fase, na qual as receitas eram insignificantes, e já sofreu inúmeras alterações desde 1985, que acabaram por acentuar as disparidades e distorções na divisão federativa.
- Atualmente, os Estados e municípios recebem 60% da receita de royalties e participações especiais, mas 75% desse valor é destinado ao governo e municípios do Rio.
- As atuais regras de distribuição mantêm relação mínima com o que poderíamos chamar de critérios sócio-econômicos e ambientais de compensação., principalmente entre os municípios.
- Mesmo no Rio de Janeiro, há claros sinais de desequilíbrios na divisão dos royalties entre os municípios, inclusive entre aqueles localizados no litoral.
- Motivo: o critério de maior peso atualmente na distribuição de royalties e participações especiais é baseado na sorte geográfica: a confrontação com campos de petróleo baseada em linhas de projeção com a plataforma continental que nada têm a ver com os impactos sociais ou ambientais do petróleo.

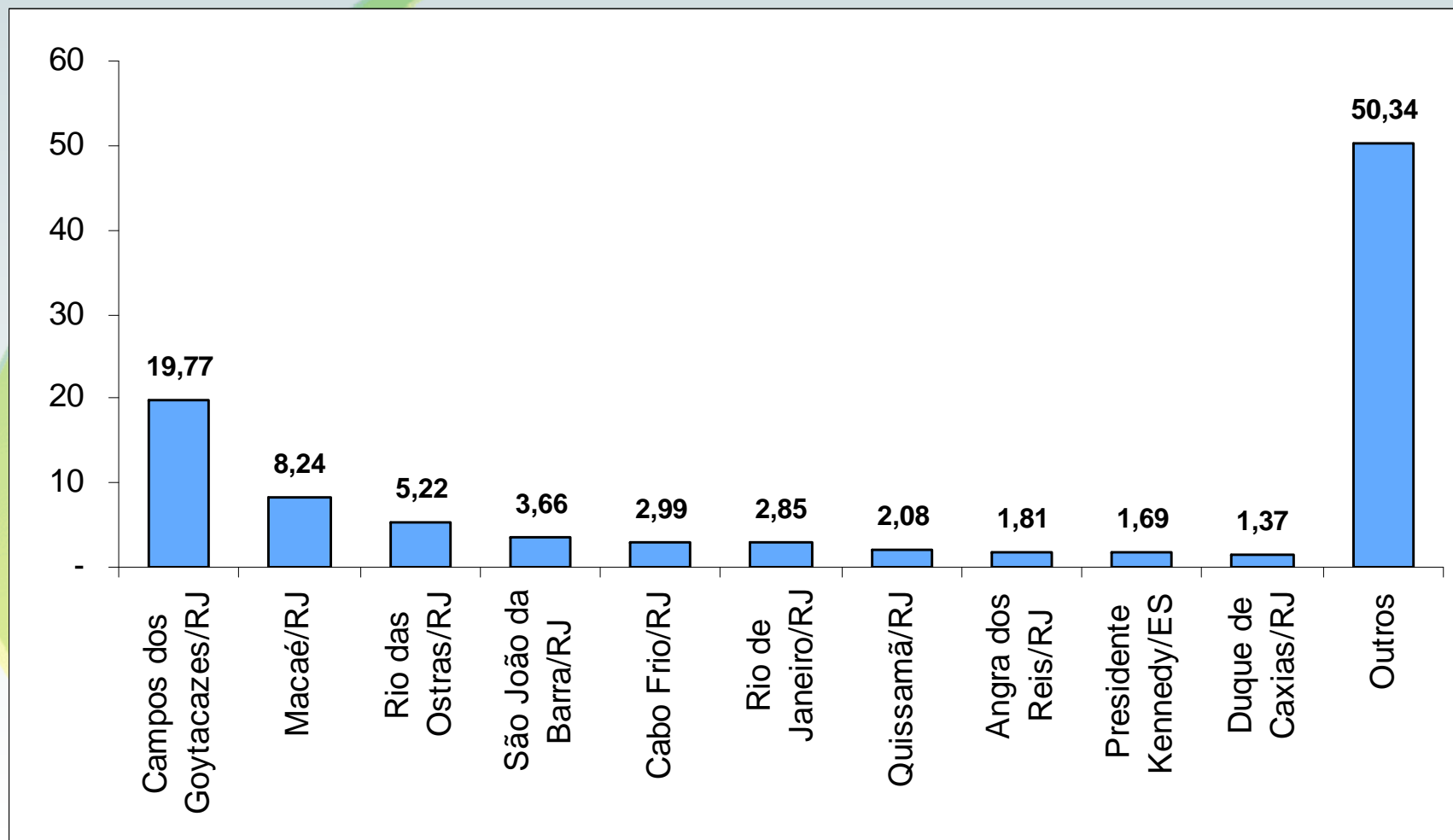
Renda do petróleo destinada a estados e municípios



Renda do petróleo destinada a municípios, incluindo parcela do FPM (2009)



Renda do petróleo destinada a municípios, incluindo parcela do FPM (2009) (%)



Resultados obtidos com o modelo vigente para a distribuição dos royalties

Região/Estado	Proporção de Pobres (ODM)					Coeficiente de Gini					Renda domiciliar per capita média diária em US\$ PPC (fator PPC de 2005)				
	2005	2006	2007	2008	Var. %	2005	2006	2007	2008	Var. %	2005	2006	2007	2008	Var. %
Norte															
RO	5%	5%	4%	3%	36%	0,572	0,544	0,501	0,483	15,52	9,09	10,15	9,56	10,42	14,63
AC	10%	8%	6%	5%	47%	0,575	0,574	0,570	0,540	6,10	7,72	9,43	10,32	10,19	31,99
AM	6%	5%	8%	5%	18%	0,505	0,503	0,538	0,500	0,87	6,89	7,46	7,87	8,6	24,82
RR	14%	4%	5%	5%	64%	0,564	0,568	0,508	0,512	9,17	6,05	8,71	8,1	9,34	54,38
PA	8%	6%	5%	4%	44%	0,513	0,512	0,515	0,504	1,70	6,22	6,8	7,55	8,28	33,12
AP	5%	5%	9%	2%	65%	0,523	0,477	0,506	0,449	14,15	7,56	7,2	8,04	8,11	7,28
TO	11%	8%	9%	6%	47%	0,536	0,520	0,545	0,542	(1,15)	6,19	6,88	7,82	9,37	51,37
Nordeste															
MA	23%	21%	19%	13%	46%	0,519	0,596	0,555	0,521	(0,29)	3,85	5,3	5,43	5,9	53,25
PI	23%	20%	16%	13%	45%	0,589	0,599	0,593	0,572	2,90	4,87	5,87	6,78	7,29	49,69
CE	19%	16%	14%	8%	57%	0,577	0,546	0,547	0,537	6,95	5,13	5,56	6,02	7,12	38,79
RN	13%	11%	12%	8%	37%	0,595	0,557	0,560	0,550	7,67	6,51	6,83	7,48	8,47	30,11
PB	14%	12%	11%	10%	32%	0,578	0,562	0,595	0,584	(1,14)	5,83	6,47	7,1	8,06	38,25
PE	17%	14%	13%	10%	38%	0,586	0,580	0,559	0,565	3,58	5,57	6,24	6,35	7,36	32,14
AL	23%	20%	17%	15%	36%	0,564	0,624	0,607	0,579	(2,66)	4,28	5,73	6,39	6,43	50,23
SE	13%	11%	10%	8%	40%	0,553	0,558	0,539	0,536	3,05	5,99	6,77	7,2	7,89	31,72
BA	15%	13%	11%	10%	36%	0,554	0,557	0,557	0,559	(0,99)	5,29	6,09	6,6	7,57	43,10
Sudeste															
MG	5%	4%	4%	3%	45%	0,525	0,525	0,515	0,512	2,46	8,51	9,69	10,26	11,66	37,02
ES	6%	5%	4%	3%	48%	0,555	0,532	0,521	0,516	6,97	9,21	9,9	10,75	11,81	28,23
RJ	3%	3%	3%	2%	24%	0,555	0,552	0,547	0,538	2,91	12,1	13,77	13,97	15,58	28,97
SP	3%	2%	2%	2%	33%	0,528	0,520	0,502	0,497	5,85	12,6	13,82	14,58	15,78	24,84
Sul															
PR	4%	3%	3%	2%	47%	0,535	0,516	0,523	0,499	6,81	10,6	11,44	13,36	14,01	32,17
SC	2%	1%	1%	1%	28%	0,459	0,462	0,461	0,463	(0,80)	11,9	13,37	14,23	15,48	30,63
RS	4%	4%	3%	2%	50%	0,518	0,513	0,503	0,502	3,02	11,1	12,19	12,86	14,62	32,07
Centro-oeste															
MS	5%	4%	3%	2%	57%	0,528	0,529	0,563	0,525	0,57	8,88	10,26	12,29	12,36	39,19
MT	5%	5%	4%	3%	34%	0,520	0,528	0,515	0,542	(4,22)	8,48	9,43	9,69	12,86	51,65
GO	5%	3%	3%	3%	35%	0,552	0,506	0,522	0,508	7,90	9,02	9,49	10,95	11,98	32,82
DF	4%	3%	2%	3%	30%	0,603	0,604	0,611	0,618	(2,46)	17,8	20,08	23,08	24,94	40,43

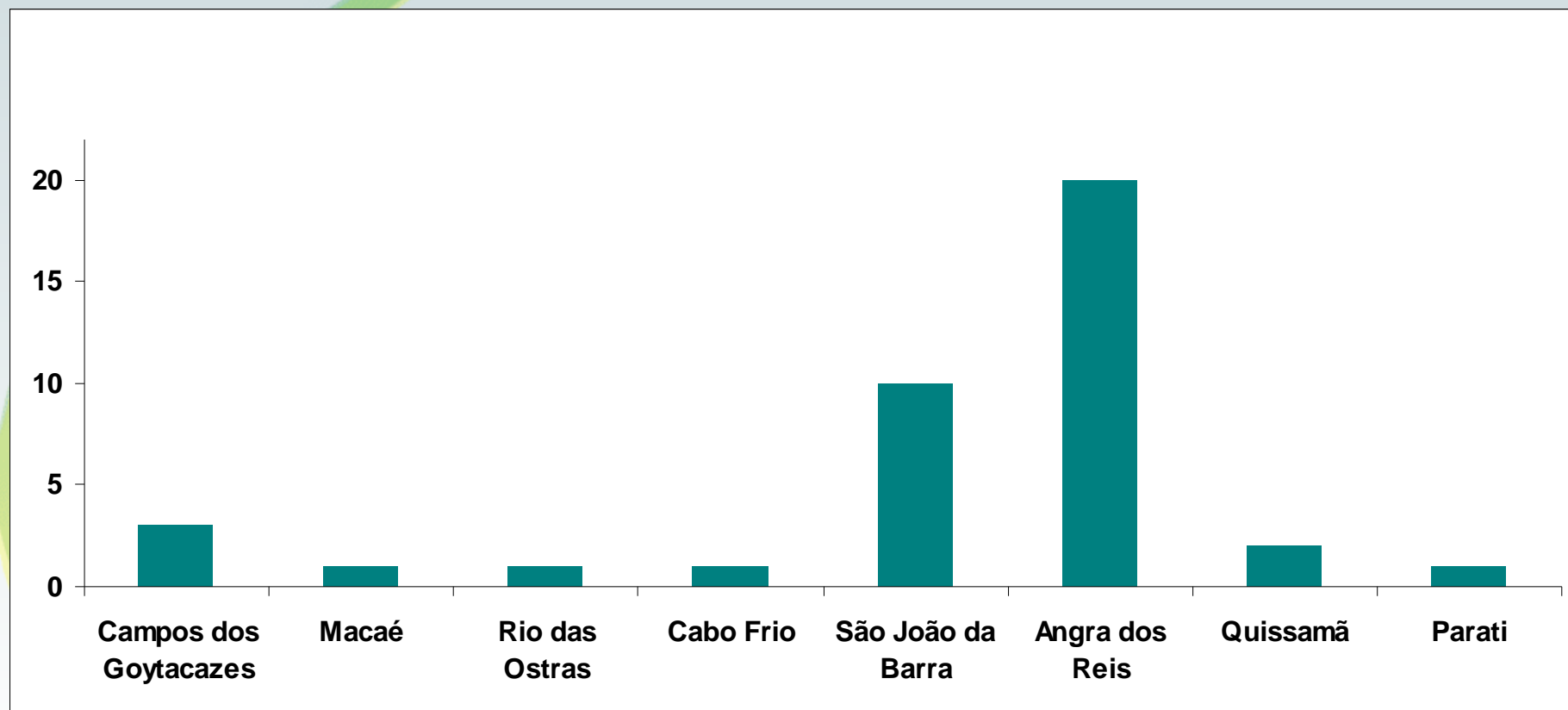
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB observado em 2005 e 2007 - Rede de Ensino Estadual

UF	Anos Iniciais - Ensino Fundamental			Anos Finais - Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	2005	2007	Var. %	2005	2007	Var. %	2005	2007	Var. %
Brasil	3,9	4,3	10,26	3,3	3,6	9,09	3,0	3,2	6,67
Rio de Janeiro	3,7	3,8	2,70	2,9	2,9	-	2,8	2,8	-
Espírito Santo	3,7	4,1	10,81	3,5	3,6	2,86	3,1	3,2	3,23
Bahia	2,6	2,6	-	2,6	2,7	3,85	2,7	2,8	3,70
Rio Grande do Norte	2,6	3,0	15,38	2,6	2,7	3,85	2,6	2,6	-
Sergipe	3,0	3,4	13,33	2,9	2,9	-	2,8	2,6	(7,14)
Amazonas	3,3	3,9	18,18	2,7	3,3	22,22	2,3	2,8	21,74
São Paulo	4,5	4,7	4,44	3,8	4,0	5,26	3,3	3,4	3,03
Ceará	3,2	3,5	9,37	2,8	3,4	21,43	3,0	3,1	3,33
Alagoas	2,9	3,3	13,79	2,5	2,7	8,00	2,8	2,6	(7,14)
Paraná	5,0	5,2	4,00	3,3	4,0	21,21	3,3	3,7	12,12

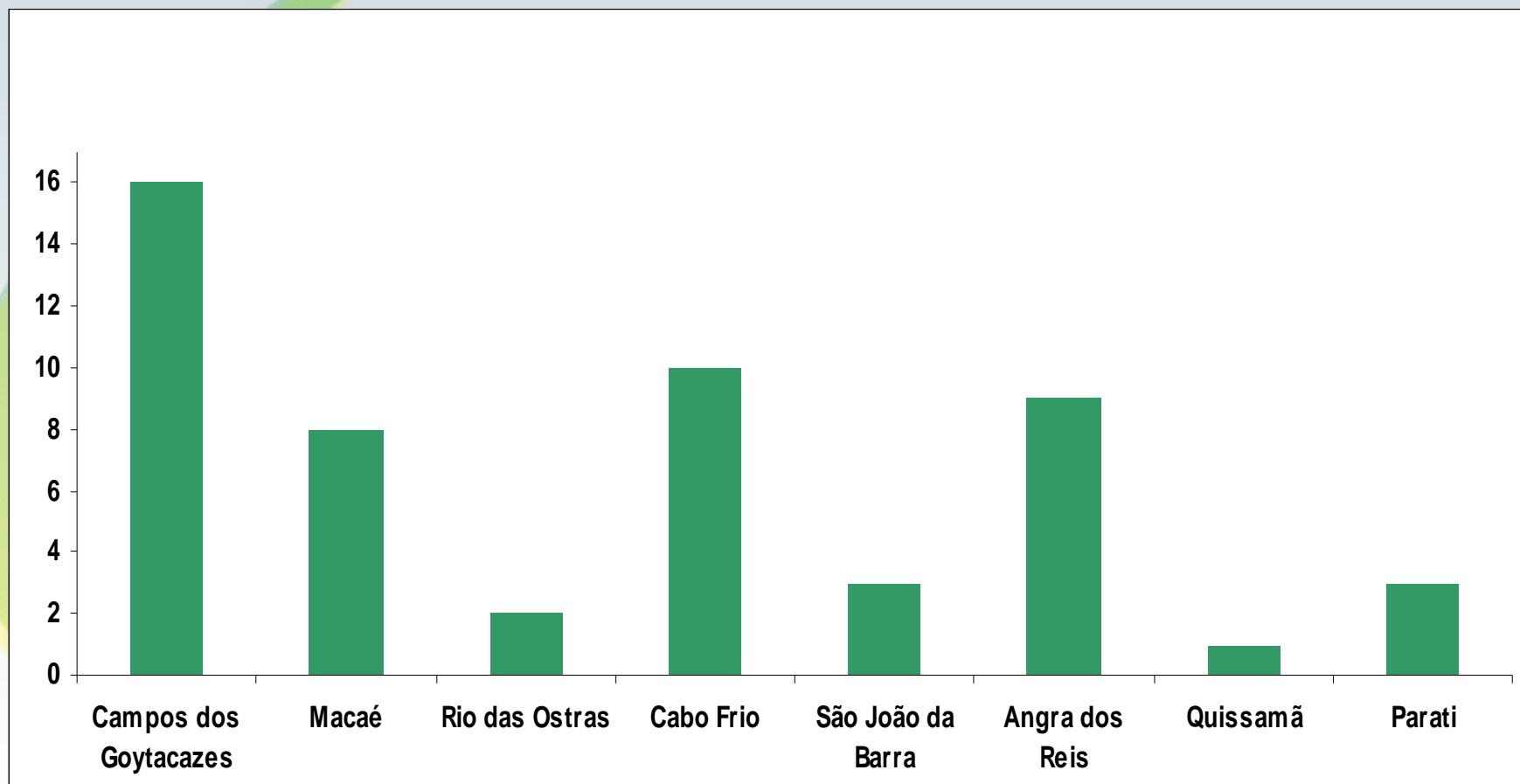
Royalties até 5% e excedentes a 5%
Municípios do estado do Rio de Janeiro - acumulado - 2009
Créditos a Municípios (exceto Fundo Especial - parcela do FPM) - Brasil R\$ 2.725.282.211
População Estado do Rio de Janeiro - 2009
**Royalties - municípios
do Rio de Janeiro**
R\$ 1.872.103.254

Municípios selecionados	Participação %	Participação % - Brasil	População - 2009	Royalties valor per capita	
Campos dos Goytacazes	419.628.509	22,41	15,40	434.008	966,87
Macaé	294.572.486	15,73	10,81	194.413	1.515,19
Rio das Ostras	117.771.472	6,29	4,32	96.622	1.218,89
Cabo Frio	95.662.505	5,11	3,51	186.004	514,30
São João da Barra	73.127.945	3,91	2,68	30.595	2.390,19
Angra dos Reis	66.117.238	3,53	2,43	168.664	392,01
Quissamã	65.922.007	3,52	2,42	19.978	3.299,73
Paraty	62.914.491	3,36	2,31	35.730	1.760,83
Subtotal (8 municípios)	1.195.716.653	63,87	43,87	1.166.014	1.025,47
Demais (79 municípios) - RJ	676.386.601	36,13	24,82	14.688.484	46,05
Total (87 municípios)	1.872.103.254	100,00	68,69	15.854.498	118,08

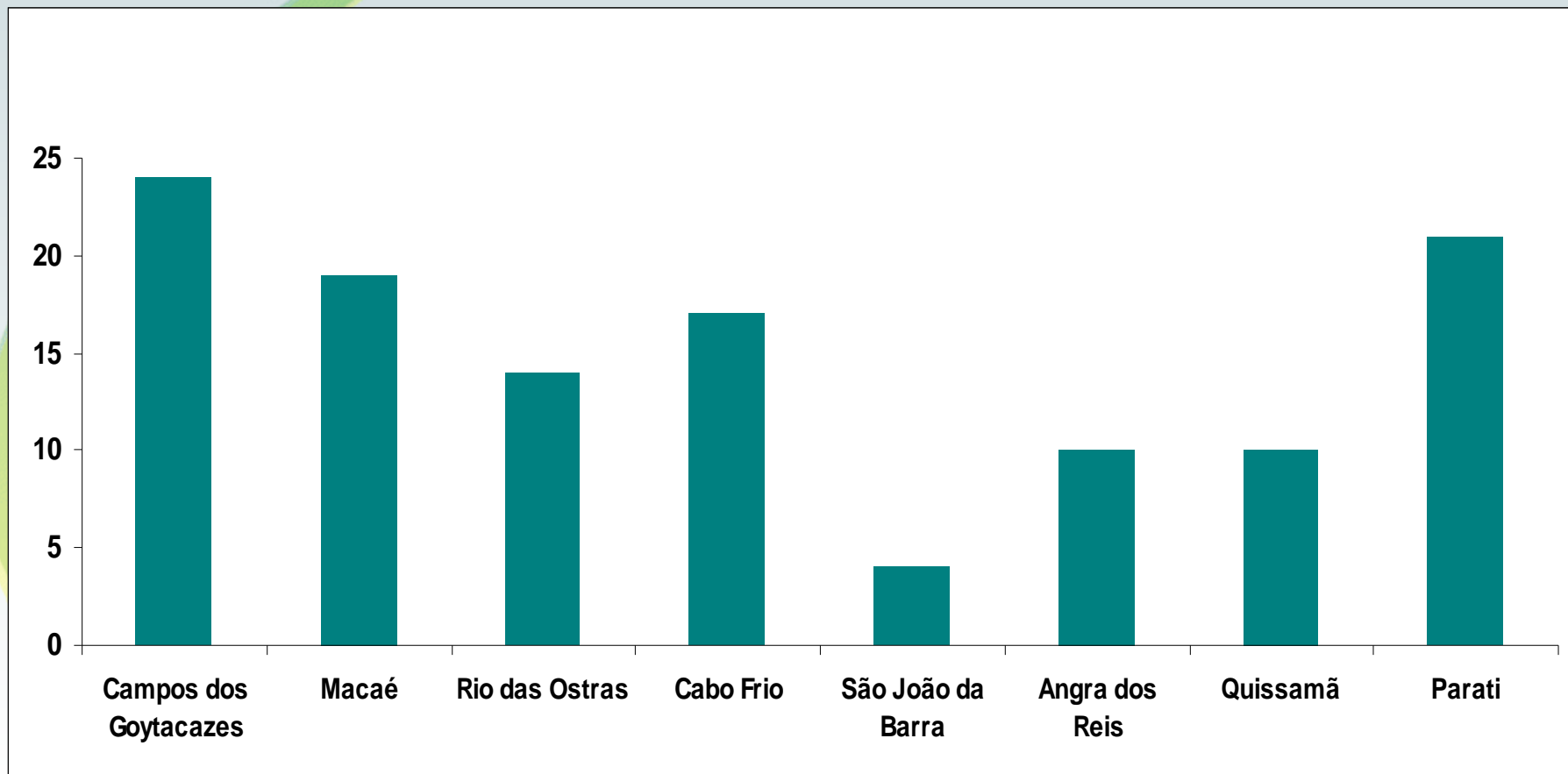
Número de Bibliotecas Públicas por Municípios - 2006



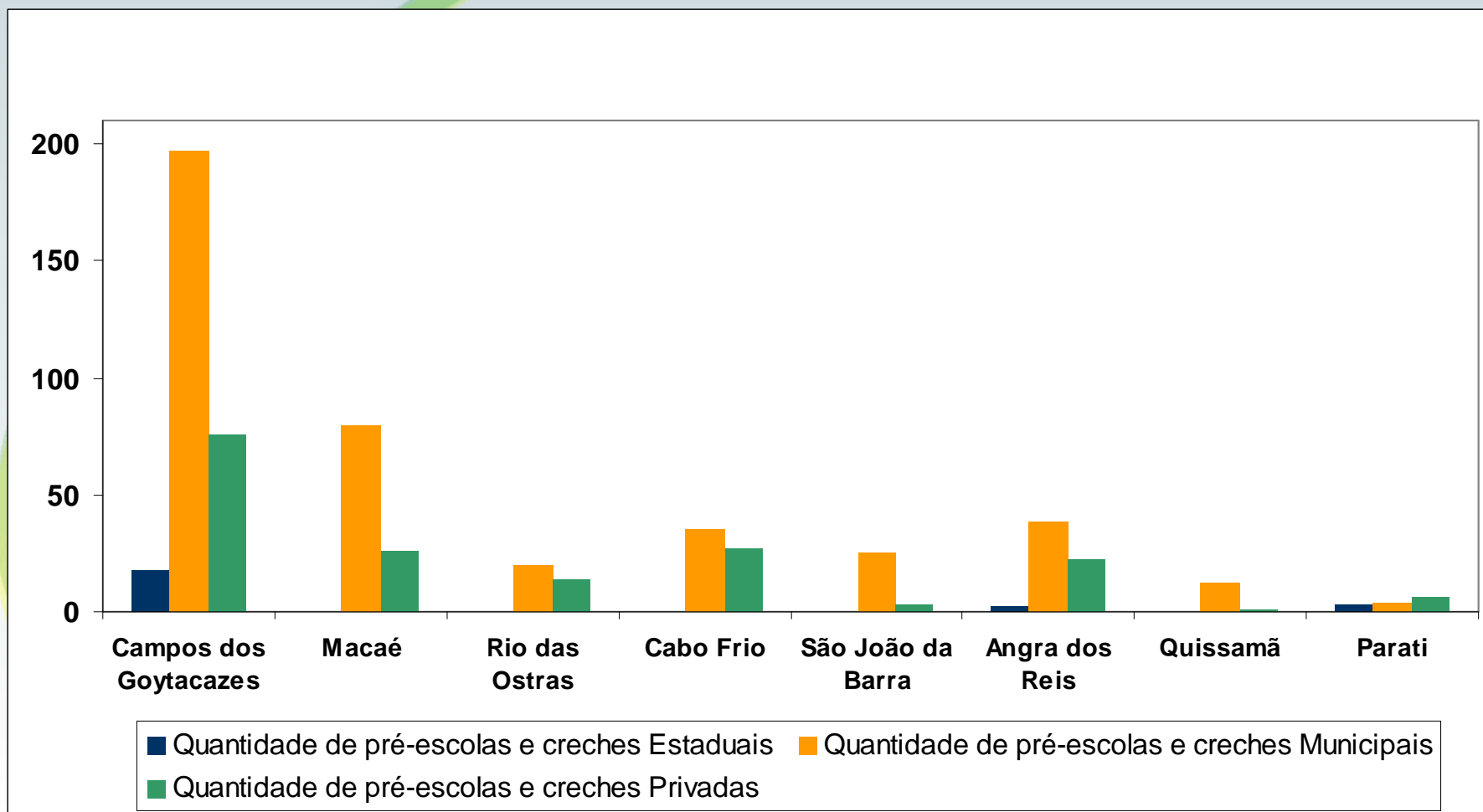
Número de estabelecimentos do SUS segundo atendimento de Urgência abr/2009 - Municípios



Número de estabelecimentos do SUS segundo atendimento de diagnose e terapia abr/2009 - Municípios



Quantidade de creches e pré-escolas em atividade, por tipo de dependência - 2007

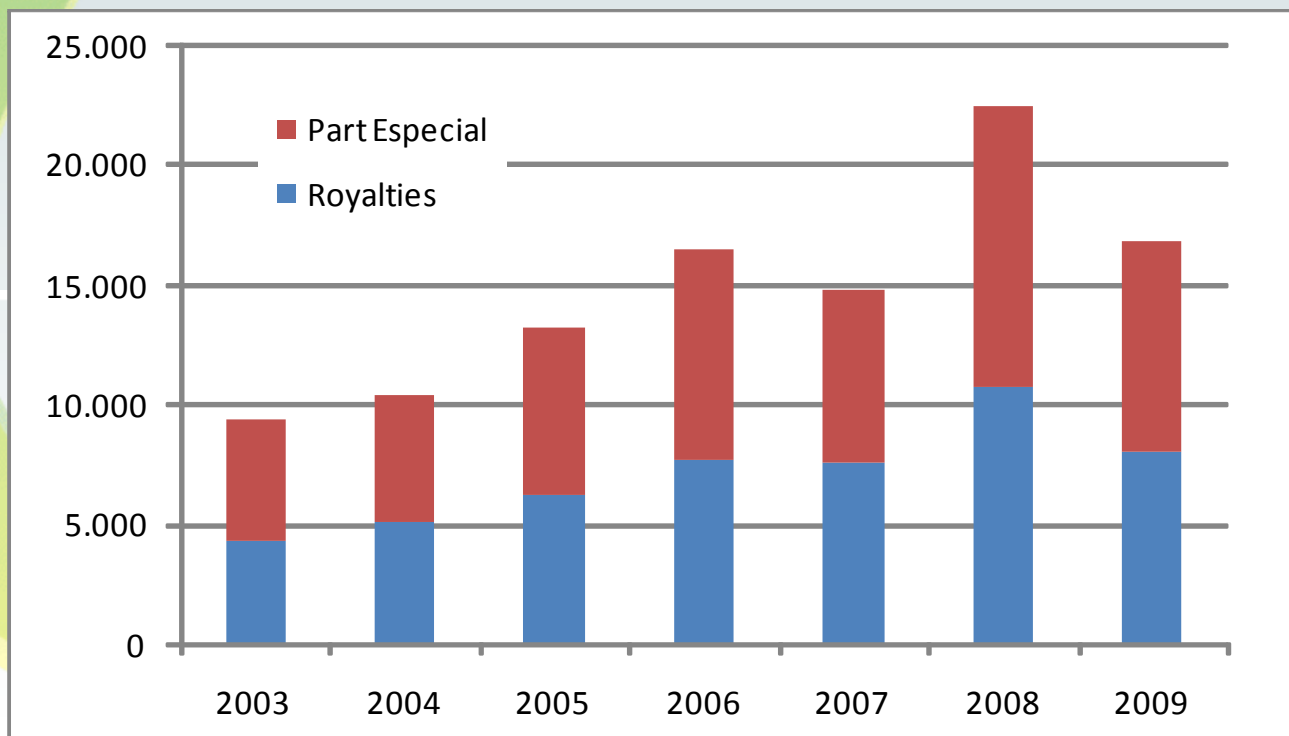


Existência de cineclubes e salas de espetáculo por municípios - 2006

Município	Cineclubes mantidos, patrocinados ou financiados pelo Município	Teatros ou salas de espetáculos mantidos pelo município
Campos dos Goytacazes	Não	Sim
Macaé	Sim	Sim
Rio das Ostras	Sim	Sim
Cabo Frio	Não	Sim
São João da Barra	Sim	Sim
Angra dos Reis	Não	Sim
Quissamã	Não	Não
Parati	Não	Não

Pré-sal e tributação: perspectivas para o desenvolvimento

- As descobertas do pré-sal colocam o país em outro patamar, tanto de possibilidades quanto de desafios, no que se refere à administração das rendas do petróleo.
- As atuais reservas, de 14 bilhões, podem quintuplicar.
- O que representam hoje os royalties?



Agenda de mudanças

- Regime de concessão por partilha: ampliação das receitas públicas
- Modelo de distribuição dos royalties: critérios de maior justiça federativa e intergeracional
- Fundo social: gestão macroeconômica e aplicação dos recursos

Renda do petróleo e aplicação dos recursos

- Motivos para poupar: reservar parte dos recursos para as gerações futuras e evitar que a volatilidade das receitas prejudique o equilíbrio macroeconômico (maldição dos recursos naturais)
- Motivos para investir: gerar desenvolvimento econômico que tanto beneficie gerações futuras quanto fortaleça a economia contra a doença holandesa
- Como conciliar esses dois objetivos? Onde entra o fundo social?

Experiência internacional

- Modelo africano: países com enormes carências sociais gastaram toda a receita de uma só vez, gerando uma série de problemas econômicos e fiscais (ex: o fundo do Chade proibia o governo de usar as receitas do petróleo, mas o governo se endividou para cobrir as despesas com juros mais elevados do que o rendimento do fundo)
- Modelo norueguês: poupa receitas e só gasta rendimentos, o que funciona bem para um país que já tem um fundo = PIB e não tem as carências de infra-estrutura social e econômica que o Brasil possui
- Modelo brasileiro: poupar parte da receita excedente e gastar outra parcela em investimentos estratégicos

Problemas de implementação do Fundo Social

- Problema preliminar: rentabilidade do fundo no exterior deve ser menor do que custo da nossa dívida pública: necessidade de reduzir juros no Brasil
- Receitas de estados e municípios estão de fora do fundo social: necessidade de incorporar, transformando em fundo nacional de desenvolvimento
- Atual sistema de vinculações não funciona: União faz superávit primário com receitas, e Estados e Municípios só não podem gastar recursos em pessoal

Vinculações na esfera federal

- Comando da Marinha: 20% da alíquota básica dos royalties de terra e 15% da alíquota excedente sobre royalties de mar
- Ciência e Tecnologia: 25% da alíquota excedente dos royalties de terra e mar.
- Minas e Energia: 40% da participação especial do petróleo.
- Meio Ambiente: 10% da participação especial do petróleo.

Qual resultado desse sistema de vinculações na esfera federal?

- Mais de 84% dos recursos vinculados são contingenciados.

Reflexões

- As atuais vinculações atendem às prioridades do Brasil?
- Adianta estipular uma vinculação sem rediscutir o conjunto da política fiscal, que exige do governo determinadas metas de superávit primário?
- Como podemos tornar o sistema de vinculações mais efetivo, garantindo que as previsões sejam de fato cumpridas?

Conclusões

- A política macroeconômica precisa ser repensada tanto na sua esfera monetária quanto fiscal: juros menores e superávit primário compatível, ao mesmo tempo, com as necessidades de investimento e com a manutenção de um fundo de recursos no exterior.
- É preciso definir melhor as prioridades do que queremos fazer com as receitas do petróleo, considerando que esta é uma renda intergeracional e incorporando estados e municípios tanto no esforço de poupança quanto na estratégia de investimentos.